



Seminário “Filosofia & Direito” abre as comemorações do “Mês do Servidor”

Estão abertas as inscrições para o 1º Seminário da Justiça Federal “Filosofia & Direito”, que acontece nos dias **04, 21 e 26 de outubro**, a partir das 16h30, no auditório da JFES, na Cidade Alta, em Vitória.

O seminário faz parte das comemorações do ‘Mês do Servidor’ e contará com a presença de renomados professores, como Fernando Rodrigues, da UFRJ, que falará sobre “Ética do Bem e Ética do Dever”; João Maurício Adeodato, da UFPE, que exporá o tema “Retórica e Direito”; Márcio de Paiva, que ministrará palestra sobre “Ética – Desafios Atuais”; e Aquiles Côrtes Guimarães, UFRJ, que tratará do tema “Fenomenologia, Direito e Técnica”.

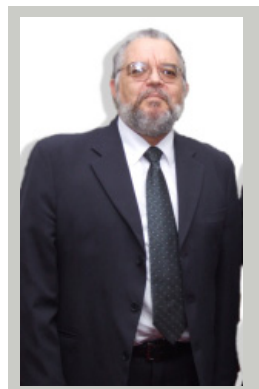
O primeiro dia do evento (04/10) também marcará o lançamento do livro “Poder Normativo da Administração Pública: Limites e Controle”, de autoria do diretor do foro da JFES, juiz federal Ricarlos Almagro Vitoriano Cunha, que falará sobre o tema de sua obra na palestra “O Poder Normativo da Administração Pública”.

O evento é **gratuito**, mas as **vagas são limitadas**.

Inscriva-se enviando e-mail para secom@jfes.jus.br, com seu nome, lotação e ramal de contato.



Posse solene de Ferreira Neves é dia 13



Acontece segunda-feira (13), às 16 horas, no Plenário do TRF2, a posse solene do desembargador federal José Ferreira Neves Neto.

O desembargador federal assinou seu termo de posse, no gabinete do presidente do TRF2, desembargador federal Paulo Espírito Santo, no dia 5 de julho, após ter sido nomeado para preencher a vaga do desembargador federal Paulo Freitas Barata, que se aposentou este ano.

Ferreira Neves ingressou na carreira judicante após ser aprovado, em 1987, no último concurso para juiz federal substituto realizado pelo Tribunal Federal de Recursos (TFR), extinto pela

Constituição para dar lugar ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e aos cinco TRFs. **Até tomar posse no TRF2, ele foi titular da 1ª Vara Federal Cível de Vitória e era o decano da JFES.**

Além de Ferreira Neves, também será empossado solenemente no dia 13 o desembargador federal José Antônio Lisboa Neiva, cujo termo de posse foi assinado no dia 7 de junho, ocupando a vaga deixada pela desembargadora federal Tânia Heine.

A solenidade será prestigiada pelo diretor do foro da JFES, juiz federal Ricarlos Almagro Vitoriano Cunha; pelo vice-diretor do foro, juiz federal Alexandre Miguel; além dos juizes federais Maria Cláudia de Garcia Paula Allemand, Eloá Alves Ferreira, Cristiane Conde Chmatalik e Fernando César Baptista de Mattos.

Presidente do TRF2 suspende expediente no dia 29/10

O presidente do TRF2, desembargador federal Paulo Espírito Santo, suspendeu o expediente no Tribunal e nas Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e do Espírito Santo no dia 29 de outubro, em razão das comemorações do Dia do Servidor Público. Os prazos que vencerem no dia 29 de outubro ficam prorrogados para o 1º dia útil subsequente. O presidente do TRF2 também transferiu o plantão judicial estabelecido pelo Ato nº 071, de 09 de abril de 2010, disponibilizado no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 2ª Região no dia 19.04.2010, do dia 28.10.2010 para o dia 29.10.2010. **No dia 28 de outubro o expediente será normal em toda a 2ª Região.** Veja no www.jfes.jus.br a Portaria, publicada em 10/09/2010, no Diário Eletrônico.

Juízes substitutos promovidos a titulares

Em atos assinados no dia 02 de setembro o presidente do TRF2, desembargador federal Paulo Espírito Santo, promoveu, após decisão do Plenário daquela Corte, pelos critérios de merecimento e antiguidade, juízes federais substitutos a titulares.

O juiz federal **Ronald Krüger Rodor** foi promovido, pelo critério de merecimento, ao cargo de juiz federal da SJES, com jurisdição na Vara Federal de Serra. Enquanto a vara não for instalada, Ronald Krüger atuará como juiz titular em auxílio à 5ª Vara Federal Cível, em Vitória.

Assumem a titularidade das demais varas federais da SJES, vagas após a homologação do pregão de remoção realizado no dia 02 de agosto deste ano, no Rio de Janeiro, os juízes federais Fabrício Fernandes de Castro (VF-Linhares), Caio Márcio Guterres Taranto (VF-Colatina), Flávia Heine Peixoto (2ª VF-Cachoeiro de Itapemirim) e Bruno Dutra (VF-São Mateus).

Os atos foram publicados em 06/09, no e-DJF2R.

Capixaba

Único capixaba da lista de juízes federais que titularizaram, Ronald Krüger nasceu em Vitória, mas sua família é de Nova

Venécia, interior do Estado. Graduou-se em Direito pela Ufes, em 1995. Lá também fez pós-graduação em Direito Constitucional. Atuou como advogado e, após aprovação em con-curso público, como Procurador do Município de Vitória e Procurador autárquico do INSS.

Foi professor da FDV.

Aprovado e nomeado para o cargo de Procurador do Estado, não entrou em exercício. Atuou como Procurador do Trabalho (Ministério Público do Trabalho) por quase quatro anos (11/1998 a 06/2002), tendo sido Procurador-chefe substituto da PRT/17ª Região.

Ingressou na Justiça Federal em 27/06/2002, após aprovação em 2º lugar, para o cargo de juiz federal substituto no 8º Concurso do TRF2. Na SJES atuou no Juizado Especial Federal de Vitória (atual 1º JEF), no 2º JEF, na 12ª Vara Federal (atual 6ª Cível), na 4ª VF-Cível, na 3ª VF-Cível, na 1ª VF-Execução Fiscal e na 5ª VF-Cível, onde está atualmente.



Emarf discute “Direito em Família” e “Pedofilia”

Anote aí as próximas videoconferências: **“Fórum Atualidades em Direito de Família”, em 17/09**, das 9 às 13h, e **“Programa de Estudos Avançados ‘Pedofilia’ – Parte de Direito Penal”, em 24/09**, das 9 às 18h. Ambas, no auditório da JFES (Cidade Alta). Inscrições: módulo do CAE na internet (magistrados federais) e e-mail nucleoemarf.es@jfes.jus.br e telefone (27) 3183-5187 (demais interessados).



VF-São Mateus comemora 10 anos com exposição de fotografias

A Vara Federal de São Mateus, em comemoração aos seus 10 anos, inaugura seu Espaço de Artes com a exposição fotográfica **“Olhai as aves do céu”**. A exposição será realizada de 22 de setembro a 13 de outubro, das 12 às 17 horas. As fotos são de **Fabricio Vasconcelos Costa**, supervisor da Seção de Redes de Computadores (Sered/NTI), que há dois anos percorre diferentes cidades, reservas, parques e matas, buscando registrar espécies raras. Seu objetivo é, por meio da beleza das imagens da natureza, despertar para a necessidade de preservação ambiental.

Ministra Eliana Calmon anuncia novos projetos para Corregedoria Nacional de Justiça

Dois novos projetos serão implantados pela Corregedoria Nacional de Justiça: o “Justiça em Dia”, para alavancar os processos paralisados à espera de julgamento; e o de acompanhamento e monitoramento de demandas de grande repercussão para a sociedade. O anúncio foi feito pela nova Corregedora Nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon, ao tomar posse nesta quarta-feira (8/09), no plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em Brasília. No que diz respeito à atividade correcional, a ministra disse que o CNJ, através da corregedoria, será implacável com a corrupção, prática a ser banida do âmbito do Poder Judiciário. “Terei tolerância zero”, afirmou.

“Não podemos mais esperar e, na urgência urgentíssima em que nos encontramos, é preciso que todos nós, magistrados, acreditando no Judiciário, passemos a desconstruir o castelo burocrático de um falido sistema de pseudos disciplinados e hipócritas profissionais para, com coragem, não só aceitarmos as mudanças, mas delas também participarmos, quebrando paradigmas na certeza de que, sem um Judiciário eficiente, será inteiramente impossível a funcionalidade estatal”, disse a ministra em seu discurso. (Clique [aqui](#) para ler a íntegra do discurso). (...) Agência CNJ de Notícias

Via Legal: quando é preciso brigar na Justiça pelo direito ao trabalho

Nesta semana, o programa Via Legal destaca a luta de alguns profissionais pelo direito de trabalhar. Em São Paulo, depois de um longo impasse, uma das universidades mais respeitadas do país decide alterar o currículo e obriga obstetristas a voltar à sala de aula. A alegação do Conselho Regional de Enfermagem é que, da forma como era oferecido, o curso não atendia às determinações legais. Erica Resende mostra o drama de quem se formou e agora não consegue trabalho.

Direto de Recife, Juliano Domingues traz a luta de funcionários de um laboratório para reduzir a jornada de trabalho. Eles são obrigados a conviver com os riscos da radioatividade e, mesmo assim, trabalhavam 40 horas por semana. Diante da recusa do órgão público, o grupo precisou ir à Justiça para garantir o direito previsto em lei. Com a decisão, vão passar menos tempo expostos ao material radioativo.

O programa mostra ainda a segunda reportagem da série sobre os presídios federais. Alessandra de Castro esteve em Catanduvas (PR), Campo Grande (MS), Porto Velho (RO) e Mossoró (RN) e mostra porque as unidades são consideradas de segurança máxima. O uso da tecnologia e o

preparo dos profissionais que atuam nas penitenciárias estão entre os fatores que explicam o sucesso do sistema que começou a funcionar em 2004 e hoje abriga os presos mais perigosos do país.

Do sul do país, o destaque também é a tecnologia. O monitoramento do trabalho de juízes federais já é feito de forma virtual. A videoconferência permite que as explicações sobre o andamento de processos e a rotina do magistrado sejam repassadas ao corregedor sem que ele precise se deslocar até o interior. O avanço significa economia de tempo, de dinheiro e garante à população informações importantes sobre o que acontece no dia a dia da Justiça Federal.

O Via Legal é exibido na TV Justiça e mais de 25 emissoras regionais. Confira os horários de exibição e assista também pela internet. www.vialegal.cjf.jus.br ou www.programavialelegal.blogspot.com.

Horários de exibição:

TV JUSTIÇA
12 de setembro 18h

REDE CULTURA
11 de setembro 8h
13 de setembro 7h

Assessoria de Comunicação do CJF

“Illuminuras” entrevista advogado sobre direito do consumidor

No programa *Illuminuras* desta semana você vai conhecer o sebo “Poeme-se”, que fica em São Luiz, no Maranhão. O sebo guarda verdadeiras raridades em seu acervo.

No *Encontro com Autor* você vai ver uma entrevista com o escritor e advogado, Marcos Dessaune. Ele fala sobre seu livro: “Histórias de um Superconsumidor”. Na entrevista, o autor explica porque resolveu escrever sobre o tema: “Eu acabei descobrindo formas criativas e inusitadas para resolver os problemas, e evitar a sobrecarga do Procon e do Poder Judiciário”.

Já no *Ex-Libris*, você vai conhecer a biblioteca pessoal do procurador da república, Odim Brandão Ferreira. Ele gosta de livros desde criança. Sua paixão são as prosas. No programa, ele confessa ler vários livros ao mesmo tempo, sobre assuntos diversos.

E o *Illuminuras* mostra ainda alguns dos principais livros jurídicos que acabaram de chegar às livrarias. São eles: “Direitos Humanos”, de Ricardo Castilho, da Editora Saraiva; “Modelos de Pareceres da Advocacia Pública - Direito Administrativo”, de Fabrício Bolzan e Cássia Hoshino, da Editora Revista dos Tribunais; “Curso de Direito do Trabalho”, de Maurício Godinho Delgado, da Editora LTr.

O programa inédito vai ao ar na TV Justiça, quarta-feira, às 22h. Horários alternativos: sexta, 19h; sábado, 18h; segunda-feira, 13h30. O *Illuminuras* também está no YouTube. Para ver este programa, basta acessar: www.youtube.com/programailuminuras. Assessoria de Comunicação do STF

Juízes federais substitutos não terão mesma remuneração que os titulares

O Colegiado do Conselho da Justiça Federal (CJF), reunido no dia 31/08, em sessão ordinária, indeferiu o pedido da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe) e de outras entidades similares, que requeriam equiparação salarial entre os juízes federais titulares e os substitutos. Essa questão já havia sido objeto de decisão do CJF no Processo Administrativo nº 2002160272, que também resultou no indeferimento do pedido. “Nada há de novo que possa alterar-lhe a conclusão”, esclarece o relator do processo, vice-presidente do CJF e do Superior Tribunal de Justiça, ministro Ari Pargendler. De acordo com ele, os vencimentos dos magistrados, atualmente transformados em subsídios, são fixados por lei. “Não podemos, administrativamente, contrariar a lei”, afirma o ministro. Assessoria de Comunicação do CJF